

Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião

Ciro Marcondes Filho

Resumo: Grande parte das teorias da comunicação está fora de moda. A semiótica, especialmente a peirceana, aparece como uma das opções mais atuais na área. Entretanto, ela não dá conta das exigências do momento porque está presa a um referencial lógico-matemático que a leva ao logocentrismo e à metafísica, apresenta trilógias vacilantes, sugere um diagrama dificilmente aplicável a conceitos filosóficos abstratos, apóia-se na religião, e *last but not least*, está sendo usada para compromissos escusos com as novas formas de poder.

Palavras-chave: semiótica; Peirce; método diagramático; logocentrismo; web 3.0

Abstract: **Forgetting Peirce? Difficulties of a Communication Theory that relies on the logical model and on religion** - Most of the theories of communication are out of fashion. Semiotics, especially Peircean, appears as one of the more current options in the area. However, it does not realize the demands of the moment because it is tied to a logical-mathematical framework, which leads to the logocentrism and to the metaphysics, its trilogies vacillate, it suggests a diagram that is difficult to apply to abstract philosophical concepts, it relies on religion, and last but not least, it is being used for hidden appointments vested with new forms of power.

Keywords: semiotics; Peirce; diagrammatic method; logocentrism; web 3.0

PARTE 1

A semiótica é hoje um dos campos mais utilizados do saber comunicacional. Especialmente no recurso a Charles Sanders Peirce, impressiona a disseminação desse tipo

de conhecimento, sua defesa persistente e às vezes mesmo carregada de emocionalidade, o que faz sugerir que, além de uma proposta metodológica, esta semiótica carrega em si uma espécie de “defesa de território”, tábua de salvação para os estudos comunicacionais, cujas outras teorias parecem definhir cada vez mais.

Cabe perguntar, entretanto, o que move tantos pesquisadores, teóricos e estudiosos em geral a adotar tão decididamente uma proposta epistêmica ancorada firmemente no formalismo metodológico, espécie de reaquecimento do neopositivismo, que barra qualquer alusão ao extralinguístico, e que deixa fora de campo a vinculação do homem com o mundo, servindo, especialmente nestes tempos internéticos, de base para alicerçar estratégias da indústria publicitária e tendências de afunilamento linguístico, como o preocupante espectro redutor da *web 3.0*.

Um lógico, não um teórico da comunicação

Deve-se deixar claro, inicialmente, que Peirce é, antes de qualquer coisa, um lógico – certamente um metafísico – não um teórico da comunicação. Sua concepção ternária foi construída a partir de Duns Scot, que a tomou de Avicena:

as três formas *reais* do Ser (do que ele é) são formas metafísicas (quididade) ou o ser em si mesmo, sem nenhuma determinação; a forma ‘física’ (heceidade) ou o ser sensório na sua existência individual; e a forma lógica (generalidade) ou ser inteligível, no intelecto. (GUINARD, 1993, parte 1, *online*)

Em sua formação dentro da filosofia norte-americana, foi fortemente influenciado pelo evolucionismo. A própria definição do pragmatismo funda-se, conforme Sandra Laugier (1999), num experimentalismo evolucionista: “o pensamento racional só se define a partir dos efeitos observáveis da experiência e em função do processo de adaptação dos organismos vivos”.

Daí também sua admiração por Hegel, antes de tender ao kantismo. De fato, Peirce declara-se hegeliano ao evocar, em C. P. 5.525, o idealismo objetivo (as leis e as diversas regularidades), ao mesmo tempo em que recusa a coisa em si kantiana. Em outra parte, ele afirma que “a única teoria inteligível do universo é a do idealismo objetivo, segundo a qual a matéria é o espírito enfraquecido (*effete mind*), os hábitos inveterados tornando-se leis físicas” [6.25, cf. 6.277].

De Hegel, Peirce apropria várias coisas, principalmente a determinação de que o real é racional. “O real [...] é aquilo que, mais cedo ou mais tarde, iria resultar, finalmente, em informação e razão, e que é por isso independente das excentricidades minhas e suas” [PEIRCE, 1868b, p. 69]. É a censura que lhe faz Jean-François Lyotard, que critica na semiótica “a ideologia da troca comunicativa que, para ele, pressupõe que qualquer

coisa real e qualquer coisa outra possa ser explicada de acordo com luzes racionais” (apud SMITH, 1996, p. 202), assim como, na mesma direção, Carnois, ao dizer que “Não basta que a experiência tornada possível pela hipótese científica corresponda a uma necessidade, é preciso que ela corresponda a uma necessidade racional” (CARNOIS, 1983, p. 300, grifo nosso).

De fato, o “realismo” idealista de Hegel conduz necessariamente à expansão da razão e à realização final do Espírito Absoluto. No *sinequismo finalista* de Peirce, a continuidade é tida como algo de primeira importância para a filosofia, trata-se da “coalescência, o devir contínuo, o devir governado por leis [...] que só são fases de um só e mesmo processo de crescimento da razão” (5.4, apud THIBAUD, 1983).

E o crescimento da razão conduz, conforme Hegel, à realização da Ideia: Não se pode esquecer que o Espírito Absoluto realiza-se a si mesmo sob a forma de *verdade revelada* por sentimento (religião) e sob a forma de *verdade expressa* (conhecimento racional puro).

Assim como o pensamento do século XIX juntava em torno do credo evolucionista figuras tão díspares como Hegel e Comte, também Peirce aproximava-se do positivismo ao batalhar pelo abandono do misticismo e pela união com a ciência. Seu projeto pragmático, segundo o qual o valor racional de uma palavra ou expressão reside unicamente nos seus efeitos concebíveis, efeitos esses que elas podem ter sobre a conduta na vida, o que levou Bertrand Russell a qualificá-lo de “espírito do comércio na filosofia” (LAUGIER, 1999, p. 750) – esse projeto pragmático procurava demonstrar a falta de sentido, mesmo o absurdo das afirmações metafísicas. Ele dividia com Comte a crença na existência de uma homologia estrutural entre a lógica e a realidade, de acordo com a qual as leis do universo e as leis da mente são positivamente as mesmas (KREMER-MARIETTI, 1994, p. 109-120). É a base do sinequismo.

Não obstante, a antimetafísica pode ser, ela também, uma variante do pensamento transcendental, como afirma Habermas, pois o sistema de signos e a comunicação entre os utilizadores de signos (em Peirce) acaba adquirindo uma posição quase transcendental (HABERMAS, 1994, p. 26), já que, na estrutura da língua pela qual os sujeitos representam a realidade, diz Habermas, não está embutida toda a estrutura da realidade. Em verdade, Habermas critica Peirce pelo fato de este conceber o processo comunicacional de forma muito abstrata, desaparecendo a relação intersubjetiva entre falante e ouvinte, e dissolvendo-se a relação entre signo e intérprete, no interior da relação do interpretante, sem deixar rastros (idem, p. 10). Trata-se de um conceito de comunicação que, segundo ele, não envolve a intercompreensão entre Ego e Alter: temos aí um universalismo nivelante que estaria comprimindo os indivíduos.

A trajetória epistemológica de Peirce o faz tender, posteriormente, a Kant. De Hegel, ele teria aprendido que “o pensamento deriva do tempo”;

do segundo, Peirce, não mais considerando esse tema dentro da perspectiva da uma temporalização do espírito, opta pela a fixação do fluxo evanescente da consciência num espírito encarnado no símbolo. (HABERMAS, 1994, p. 15)

Peirce orienta toda essa movimentação do pensamento para escapar de uma posição nietzscheana (SIMPKINS, 1996), ou mesmo defendendo um rigor científico lógico-positivista que só mais tarde será refutado com as discussões epistemológicas da metade do século XX e a valorização do observador. De qualquer forma, e como veremos no decorrer deste ensaio, Peirce caminha num sentido nitidamente logocêntrico, expurgando do campo do saber os “saberes incomodantes”, o campo do não verbal e do extralinguístico.

É o caso da fórmula gramatical sujeito/predicado/cópula, que ele incorpora diretamente de Aristóteles e que é criticada por Foucault ao analisar a gramática de Port-Royal. Em 1870, na sua *Description of a Notation for the Logic of Relatives*, Peirce havia redefinido a proposição como uma relação transitiva de inclusão. Em muitos de seus escritos do ano de 1890, entretanto, diz Kremer-Marietti, ele manteve a primeira definição: uma proposição consiste em duas partes, o predicado e o sujeito (MS 280). Ele considera o sujeito como um símbolo indexical e o predicado como um símbolo icônico, enquanto estes estão relacionados, um com o outro, pela cópula (CP 3621) (KREMER-MARIETTI, 1994).

Ora, esta é a representação clássica, eixo teórico da gramática geral de Port Royal. Operar com este austero paradigma da representação significa enrijecer formalmente a teoria da significação, excluindo do processo de sentido qualquer referência à conjuntura. No período helenístico, os estóicos haviam superado a fórmula aristotélica de sujeito, predicado e sua cópula, adicionando à sua semiologia um terceiro termo: a ideia ou sensação obtida ao se ouvir uma palavra, o *exprimível* que se adicionava ao termo usado (o significante) e à própria coisa (o referente). Na regressão provocada pela *epistème* clássica, a lógica de Port Royal, que é de 1660, substitui novamente o sistema ternário pelo binário, o significante volta a remeter diretamente a apenas um significado e a parte viva do signo desaparece.

Com isso, ele abole a possibilidade de uma leitura individual dos signos: um interpretante trans-subjetivo e objetivo ocupa o lugar das leituras particulares e pessoais do texto: *todos o leem da mesma maneira*:

Enquanto a concepção corrente da linguagem deixa a determinação da ‘conclusão do símbolo’ à compreensão subjetiva do enunciador, à sua ‘interpretação’, Peirce trata de assinalar através disso que o uso do símbolo só obtém seu efeito determinando ele mesmo um ‘interpretante’ trans-subjetivo e objetivo, independente das interpretações, das ‘conclusões’ semióticas do enunciador e de seus alocutórios. De igual modo, o objeto próprio da transmissão do símbolo mostra-se ser o de produzir, *como efeito*, um efeito idêntico junto aos participantes, independente deles e do contexto, uma realidade constante. (CARNOIS, 1983, p. 305-306)

E também:

Esta intenção permite ao receptor interpretar *da mesma forma a mesma proposição* na situação de comunicação desde o momento em que ela chega a se fazer reconhecer como tal: os participantes se identificam aí uns aos outros com o receptor comum e idêntico de seus signos tornando-se o suporte de uma interpretação idêntica dos mesmos signos. (CARNOIS, 1983, p. 308)

É a posição da gramática de Port-Royal, que oficializa a vinculação da linguagem a traços metafísicos.

A *divinatio* supunha sempre sinais que eram anteriores à dotação de sentido, uma significação mais ou menos oculta, cuja tarefa era descobrir uma linguagem prévia, distribuída ao mundo por Deus. (FOUCAULT, 1966, p. 66, 87, 93, 307)

Não há como não ver nisso uma aproximação metafísica embutida na semiologia, inicialmente saussureana mas também peirceana.

Já apontamos em outro lugar a tendência oculta de um pensamento metafísico em Peirce (cf. MARCONDES FILHO, 2004, Excurso 3). A desconstrução do significado transcendental, conforme Derrida (como discutido na obra acima), vai muito longe em Peirce, instalando um termo tranquilizador do reenvio de signo a signo. Nisso o filósofo francês localiza logocentrismo e metafísica da presença em Peirce (idem, p. 397). O princípio da desconstrução de Derrida é algo que se coloca *contra* a semiótica: “A desconstrução deleita-se [*enjoys*] anunciando a impossibilidade da atividade semiótica” (CULLER, 1981, p. 43). Assim, diz Culler (ibidem, p. 4), a semiótica seria “a culminação lógica do que Jacques Derrida chama de logocentrismo da cultura ocidental: a racionalidade que ameaça os sentidos como conceitos ou representação lógica”.

Fato é que a semiótica clássica, na opinião de Stewart (1995, p. 197), “sustenta a esperança da representação adequada, [do] discurso que é verdadeiro porque corresponde àquilo que é”. Isso leva à noção de que “as teorias buscam certeza, fechamento e controle”. Tal desenvolvimento estaria presente – Stewart complementa – em métodos de análise (por exemplo, em algumas formas de etnografia) que procuram “descrições acuradas” ou “verdadeiras”. Trata-se, de qualquer forma, de algo estranho para as ciências humanas da atualidade que vêm com desconfiança a busca de certezas e de controle. Um pensador como Lyotard, por exemplo, é contra isso e defende uma incognoscibilidade fundamental das coisas:

não apenas a coisa jamais pode ser conhecida mas também qualquer nome é uma designação provisória que carrega uma relação não motivada em relação àquilo que ela designa *ostensivamente*. (Idem, p. 201)

Em suma, Peirce busca comprimir a imensidão das múltiplas leituras e do extraverbal do funil estreito dos signos convencionais (HABERMAS, 1994, p. 9-30). Com isso, assistimos a uma operação de limpeza de todos os saberes “incomodantes” a tal positivismo lógico, a todas as iniciativas irredutíveis à lógica e à experiência. A razão como princípio pode tender para um jogo de poder em que não somente o não-linear (o diferente, o estranho, a alteridade) é excluído, mas igualmente os próprios pesquisadores, naquilo que se chama a *taylorização da pesquisa* e será retomado no final deste ensaio.

Habermas advoga que existem conexões implícitas de sentido que se sedimentam em signos não linguísticos; Peirce, contudo, pensa que não, que elas seriam “acessíveis à interpretação linguística” (HABERMAS, 1994, p. 27). Ora, consideremos que há indicações, traços e sinais enganosos no trânsito social que são intuitivamente perceptíveis, refletindo um “espírito” de uma sociedade, a “tintura” de uma época, a “fisionomia” de uma cidade ou de uma classe social, diz ele. Para isso, exige Habermas, recuperando a cena do sujeito, faltam os autores que lhes dêem significação, os intérpretes que dominem a língua, que discutam suas interpretações (ibidem, p. 28).

Em síntese, do ponto de vista epistemológico, estamos diante de um pensador que acredita radicalmente na racionalidade do real, que é a realidade que deve se adaptar aos signos e não o contrário, que tudo deriva do fenômeno semiótico. “Peirce adota ao mesmo tempo o realismo crítico, postulando através dele a aptidão humana de poder identificar pelos signos o que há de real no real” (CARNOIS, 1983, p. 300).

[...] A prática do experimentador consiste em adaptar a realidade ao acordo que ele busca obter desta com o uso de signos, produzindo não somente a ligação presente com o ‘se – então’ no enunciado de todas as suas leis, mas lhe cabe também adaptar a realidade aos signos, produzindo um estado de coisas introduzido pelo ‘se’. (Ibidem, p. 309)

Peirce aposta nas chances de a semiótica aparecer como ciência (quase) exata, portando, como as ciências da natureza, a tranquilização pela certeza e pelo fechamento do universo de sentido. Essa tranquilização vem de um princípio religioso de harmonia, que veremos mais à frente. Trata-se de uma atualização do discurso lógico-positivista, com o recurso de algo que vem, em realidade, antes dele, e se explicaria, talvez, pela inexistência, até agora, de um discurso comunicacional consolidado e que se autoimponha como opositor a esse modo de pensar a comunicação. O vácuo epistemológico acaba sendo ocupado por aquilo que não é nem atual nem suficiente, mas que é oportuno.

A percepção e as trilógias vacilantes

A teoria da percepção peirceana desenvolve-se na mesma época que a de Henri Bergson. Assim como Bergson opera com três categorias (percepção pura, afecção e percepção propriamente dita), Peirce associa as três funções lógicas que definem as

categorias com as três funções fundamentais do sistema nervoso: a excitação das células, a transferência desse impulso para os nervos e a fixação em tendências determinadas sob a influência do hábito (PEIRCE, CP 1.393 apud GUINARD, 1993). Os conteúdos das percepções, para ele, são puramente psíquicos, apesar de importarem o caráter dos objetos físicos que os determinam. São construções interpretativas por processos quase lógicos, ou seja, são interpretações, um tipo semiautomático de inferência (BOYDSTUN, 2011). Não chegam a ser um pensamento abstrato, tampouco um julgamento, trata-se de um “julgamento virtual” [PEIRCE, 1981b, p. 208-9]. A leitura é a mesma da filosofia alemã, por exemplo, da apropriação que Heidegger faz de Bergson:

Nós interpretamos a todo instante. Não vemos *primeiramente* marcas pretas não-interpretadas em um fundo branco, ou ouvimos *primeiramente* puros sons, para *então* interpretá-los como letras impressas ou como discurso. Nós as percebemos diretamente como palavras impressas ou faladas, mesmo se não as podemos compreender. ‘Em primeiro lugar’ nós nunca escutamos ruídos e complexos acústicos. Escutamos o carro rangendo, a motocicleta. (INWOOD, 2002, p. 98)

Heidegger cita exemplos de identificação para algo que ele está denominando “interpretação” (*Auslegung*).

Peirce fala de um contato imediato com a coisa, de nossa reação a ela, de nossa representação ou interpretação dela, ou do primeirismo, do secundismo e do terceirismo. A Nova Teoria da Comunicação também opera com uma trilogia, que é nossa relação com sinais, informação e comunicação, mas, diferentemente de Peirce, não coloca o observador em primeiro lugar, não comete esse desvio cartesiano do filósofo norte-americano. Independente de nós e de nosso ato de ver, ouvir, sentir, as coisas estão aí, emitindo sinais, umas às outras, enquanto que nós somos apenas “centros de indeterminação”, na expressão de Bergson. Em segundo lugar, reagimos, sim, às coisas, aos sinais, e ao fazê-lo, podemos seguir por dois caminhos distintos: incorporá-los como não dissonantes ou enfrentá-los como dissonantes, quer dizer, aceitando-os como informação ou vivenciando-os como comunicação. Embutido nisso está evidentemente o conceito de *decisão*, que faz com que um Acontecimento em comunicação seja distinto de um Acontecimento para a filosofia em geral.

Já Peirce toma de forma neutra essa nossa reação/relação com o objeto percebido. Simplesmente nos relacionamos com eles. É em sua terceira categoria, o terceirismo, que a pessoa a vincula à sua experiência de vida, o representa ou o interpreta. Peirce considera o inefável como pertencente à categoria do primeirismo [“somente aquilo que é inefável é puro primeirismo” (PEIRCE, 1908)]. Ora, o inefável pode permear qualquer situação comunicacional, estando presente em todas as circunstâncias possíveis: “aquele filme a que assisti, aquela música que ouvi, aquela cena de que participei me trouxe algo de inexplicável em palavras, que, contudo, me ocupou por inteiro, me transformou”.

Semelhante frase não é possível à semiótica peirceana, já que esta não prevê essa transcendência do inefável.

Como aponta Guinard, o primeirismo é uma impressão fugidia e imperceptível.

O Primeirismo – irrepresentável, uma presença interior que não se pode apropriar dela, absolutamente si mesma, não admite nenhum tipo de determinação sem inevitavelmente passar para o modo do Terceirismo. (GUINARD, 1993, parte 1, *online*)

Em síntese, Peirce não admite a presença das impressões irredutíveis à palavra e à expressão, elas têm que entrar de algum modo na linguagem, senão serão descartadas. Com isso, refuta a proposição de Leibniz de que

há milhares de sinais que levam a pessoa a ver que em cada momento há uma infinidade de percepções dentro de nós, mas sem apercepção ou reflexão, quer dizer, mudanças na alma das quais sequer somos conscientes porque as impressões são ou muito pequenas ou muito numerosas ou muito uniformes, de tal forma que não se distinguem suficientemente de si mesmas mas quando juntas às outras elas não deixam de marcar e tornar si mesmas sentidas, pelo menos confusamente entre as demais. (LEIBNIZ, 1704, p. 38)

Por isso, a primeira categoria é “degenerada” em favor do processo intelectualizante do terceirismo. Do *faneron*, ele só se ocupou de fato dos elementos formais (PEIRCE, CP 1.284) e o primeirismo só lhe interessava para seu tratamento no terceirismo:

A impressão original é *primeira*; o signo, em sua representação formal, é *último*. Como é que ele poderia pertencer à ordem do imediato, do não-reflexivo, se ele se define a si mesmo precisamente pela sua natureza mediada? Ontologicamente, o signo é o *produto final* da atividade psíquica. Entendendo os seres do Primeirismo como ‘possibilidades puras, eternas’, independentes ‘do tempo e de qualquer materialização’. [PEIRCE, C.P. 6.200, 1.420]

Peirce termina assimilando-os à ideia primordial de Platão (GUINARD, 1993, parte 1). Mas não só isso. Também a trilogia ícone, índice e símbolo causa mal-entendidos e dificuldades em sua aplicação. Patrice Guinard cita o exemplo do sapato. Certo fabricante de sapatos usa a figura de um sapato como seu emblema. É algo que se assemelha ao objeto que ele fabrica. Não obstante, sapato é símbolo, de acordo com a convenção que o define como algo significando a presença de uma sapataria, mais do que de uma fábrica de sapatos ou de um pé. Assim, para determinar o signo em uma dessas categorias é preciso chegar a um acordo em relação ao objeto dinâmico, chegar a certo consenso na coletividade de usuários, consenso esse jamais permanente. Logo, complementa Guinard, é totalmente arbitrário definir a associação categórica de tal ou qual signo independentemente da experiência colateral do usuário. As várias categorias lógicas do signo sofrem dessa ambiguidade e dessa inabilidade em serem fixadas, um fato que Peirce reconhece:

“Análises aparentemente contraditórias podem ser feitas com este método por diferentes mentes; de fato, é impossível manter-se estritamente nestes requisitos” (PEIRCE, CP 1.544, *apud* GUINARD, 1993, parte 4, *online*).

Isso estende-se também à noção de interpretante, algo que era, para ele, ainda bastante problemático: “Admito que minha concepção deste terceiro interpretante é ainda algo nebuloso” (PEIRCE, C.P. 4.536). Por exemplo, pelo fato de ele ter mudado a denominação dos tríplexes interpretantes, que originalmente se chamavam intencional, dinâmico e final (ou absoluto) e passaram a se chamar, depois, afetivo, energético e lógico, o primeiro implicando um sentimento de reconhecimento (ele produz certo *feeling*), o segundo um esforço mental (efeito que implica certo esforço) e o terceiro, um hábito mental (a referência de um objeto a certa representação mental) (GUINARD, 1993, parte 4, *online*).

Patrice Guinard nos sugere que a nova formulação ainda permanece obscura pois o novo interpretante lógico, esse hábito mental, é muito parecido com o interpretante intencional da primeira classificação, a significação usual do signo. De igual maneira, o interpretante afetivo tem sentido mais restrito que o antigo interpretante final. O próprio Peirce confirma esse contínuo reenvio: “O interpretante lógico é um efeito do interpretante energético no sentido de que este último é um efeito do interpretante afetivo” [PEIRCE, CP 5.486].

E o reenvio sugere um eterno “passar para frente” de algo que o próprio Peirce acaba classificando como “coisa”:

The sign is this “thing, whatever it may be, that determines something else (its interpretant) to refer to an object to which it itself refers in the same manner, the interpretant becoming in its turn a sign, and so on infinitely. [PEIRCE, CP 2.300]

Por fim, quem decide pela significação final, como interpretante lógico, será não menos que uma “comunidade [ideal] de investigadores”... [PEIRCE, CP 2.654], ou seja, uma Lei de signos e um imperativo do Código, ilusória e ideal (Guinard, *op. cit.*), que submetem estados psíquicos imperceptíveis e objetos da percepção; nos dizeres de Bernard Carnois (1983), a consciência é oprimida pelo interpretante lógico. Estamos diante, portanto, de um *conselho dos autorizados*, que por definição deve acabar por desconsiderar eventuais leituras marginais.

[Fim da primeira parte]

Ciro Marcondes Filho é professor titular da ECA-USP e autor da *Nova Teoria da Comunicação*.

ciromarcondesfilho@gmail.com

Referências

Nota sobre as citações originais de Peirce: Quando precedidas de MS e feitas entre colchetes, referem-se aos manuscritos inéditos, conforme a numeração feita por R. S. Robin, *Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce*, Amherst, 1967; aquelas precedidas de C.P., feitas igualmente entre colchetes, são do *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Vols. 1 a 6, editadas por C. Hartshorne e P. Weiss; volumes 7 e 8, editadas por A.W. Burks, Cambridge, 1931-1958. O primeiro algarismo é o número do volume e a numeração subsequente, a da página. As obras citadas sob o título de “NEM”, são especificadas abaixo. Já aquelas colocadas entre parênteses são da edição brasileira desta mesma última obra, publicada pela Abril Cultural, São Paulo, cf. nota abaixo.

BOYDSTUN, S. (2011). Perception and conception. Disponível em: <www.objectivistliving.com/forums/index.php?showtopic=7408>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CARNOIS, B. ([1883]). Le sémiotique pragmatique de C. S. Peirce et ses limitations épistémologiques. *Études philosophiques*, 3. Paris: PUF.

CULLER, J. (1981). *The pursuit of signs: semiotics, literature, deconstruction*. Ithaca: Cornell University Press.

FOUCAULT, M. (1966). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa, Portugal, s/d.

_____. (1980a). *Du gouvernement des vivants: cours au Collège de France, 1979-1980*. Inédito. Arquivos do IMEC, Paris, 1980. _____. (1980b). *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980* (excertos). Tradução/transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé.

_____. (2001). *Dits et écrits*. v. 2: 1976-1988. Paris, Gallimard.

GUINARD, P. (1993). Critical Analysis of Peirce's Semiotics and an Ontological Justification of the Concept of the Impressional. Disponível em: <<http://cura.free.fr/16peiren.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

HABERMAS, J. (1994). *Textes et contextes: essais de reconnaissance théorique*. Paris: Ed. du Cerf.

INWOOD, M. (2002). *Dicionário Heidegger*. Trad. Luísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Zahar.

KREMER-MARIETTI, A. (1994). Peirce's epistemology as a generalized Theory of Language. In: DEBROCK, G.; HULSWIT, M. (Ed.) *Living Doubt*. [Holanda], Kluwer Academic Publishers.

LAUGIER, S. (1999). Verbetes “Pragmatismo”. *Dictionnaire d'Histoire et Philosophie des Sciences*. Coord. Dominique Lecourt. Paris: PUF.

LEIBNIZ, G. (1966). *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. Paris: Garnier-Flammarion.

MARCONDES FILHO, C. (2004). *O escavador de silêncios: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação*. São Paulo: Paulus.

PEIRCE, C. S. (1868a). Questions concerning certain difficulties claimed for man. In: Wiener, P. P. (Org.). *Charles Sanders Peirce, Selected Writings*. New York: Dover.

_____. (1868b). *Some consequences of four incapacities*. In: Wiener, op.cit.

_____. (1958). *The architecture of theories*. In: Wiener, op.cit.

_____. (1976). [NEM]. *New elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. Ed. C. Eisele. The Hague: Mouton, 1976.

_____. (1980). Escritos coligidos. In: PEIRCE, C. S.; FREGE, *Os Pensadores*. São Paulo: Abril.

_____. (1908) Carta a Lady Welby, de 23.12.1908. In: Ch. S. Peirce, "Letters to Lady Welby". *Selected Writings of Charles Sanders Peirce N.Y.*, Dover, s/d.

ROBIN, R. S. (1967). *Annotated catalogue of the papers of Charles S. Peirce, Amherst 1967* – (Collected Papers, 1339). Massachusetts: The University of Massachusetts Press.

SIMPKINS, S. (1996). Alternative Semiotics. v. 9 (3). *The Semiotic review of books. Beyond the symbol model: reflections on the representational nature of language*. Ed. John Stewart. Albany: State University Press of New York.

SMITH, A. (1996). Simple signs, indeterminate events: Lyotard on Sophists and Semiotics. In: STEWART, J. (Org.). *Beyond Model. Reflections of the representational nature of language*. Albany: Univ. of New York Press.

STEWART, J. (1995). *Language as articulate contact: toward a Post-Semiotic Philosophy of Communication*. Albany: State University Press of new York.

THIBAUD, P. (1983). La notion peircéenne d'interprétant. *Dialectica*. v. 37, fasc. 1.

*Artigo recebido em julho
e aprovado em setembro de 2012.*